

## OS TRABALHADORES RURAIS DE ITAUCU E AS HISTÓRIAS QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA

Dayane Mendes Soares Dias de Jesus<sup>1</sup>

**RESUMO:** Nos últimos anos alguns autores tem se dedicado a debater as ações coletivas dos trabalhadores rurais em Goiás durante o processo de fechamento de fronteiras do Mato Grosso Goiano – tais como Borges (2015), Leal (2006), Moreira da Silva (2007), Silva Costa (2012) e Sposito (1998) por exemplo. Analisando o roteiro das entrevistas<sup>2</sup> que Oscavú José Coelho concede a pesquisadores é possível afirmar que ele tem ciência da existência de estudos que tratam da penetração do MEB-Goiás e da AP em Itauçu e região. Ainda sim ele escreve um livro sobre este tema e o chama de *As Histórias que a História não Conta*. Diante disto, esta pesquisa se propõe a problematizar como o livro capta este processo histórico para, assim, compreender a memória que o autor busca construir em torno de si e da ação coletiva dos trabalhadores rurais do município de Itauçu.

Palavras chaves: fechamento de fronteiras, trabalhadores rurais.

### INTRODUÇÃO

O fenômeno chamado de ações coletivas ocorre em momentos que indivíduos distintos se unem em prol de algum objetivo em comum, através de um mesmo conjunto de metas. Mas, segundo Maria da Glória Gohn (2011, p. 336), as ações coletivas só se caracterizam como movimentos sociais quando possuem caráter sociopolítico ou cultural. Para esta autora os movimentos sociais se diferem das ações coletivas porque criam “[...] identidades para grupos antes dispersos e desorganizados [...]” – assim, “Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.”. Segundo Maria Emília de Castro Rodrigues (2008, p. 92-176) a penetração do Movimento Educacional de Base (MEB) e da Ação Popular (AP), no município de Itauçu, é essencial para a conscientização dos laboriosos enquanto grupo

---

<sup>1</sup>Graduada em Licenciatura em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, IFG, em julho de 2017. Email: dayanemendes.gyn@gmail.com.

<sup>2</sup>Em 09 de outubro de 2002 Oscavú José Coelho é entrevistado por Elisabeth Maria de Fátima Borges (BORGES, 2005, p. 131). Ele também concede uma entrevista a Leusa Alves de Moura e Silva em 07 de Julho de 2004. (RODRIGUES, 2008, p. 26).

político-social. Portanto o uso do conceito de movimento social neste estudo se justifica porque na segunda metade da década de 1950 as ações coletivas dos trabalhadores rurais itauçuenses começam a projetar, em seus membros, sentimentos de pertencimento social e na década de 1960 há a conscientização de suas possibilidades e limites enquanto grupo político-social.

Segundo Caio Prado Júnior (1981 p. 145) ainda que meeiros, agregados, parceiros (meeiros, terceiros...), arrendatários, sitiantes e posseiros tenham algum acesso ao solo enquanto meio de produção, quando os analisamos “[...] pela natureza real de suas verdadeiras relações de trabalho são autênticos empregados embora formalmente apresentem caráter diferente [...]”. Diante disto optamos por usar o termo trabalhador rural porque ele consegue abarcar a complexidade das relações de trabalho existentes nos campos neste contexto histórico. O trabalhador rural, aqui, deve ser encarado como todo o laborioso do campo que vende sua força de trabalho para os fazendeiros – seja em troca de salário ou do acesso aos meios de produção e independente disto ocorrer de forma permanente, temporária ou pontual.

José de Souza Martins Martins (1997, p. 11-12) define a região de fronteira como “[...] ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos [...]”. Para os laboriosos rurais as regiões de fronteira representam a oportunidade de obterem uma propriedade em lugar que, apesar de pouco desenvolvida, rapidamente ofereceria a infraestrutura necessária para que os mesmos pudessem viver dignamente. Segundo José Francisco Graziano da Silva (1983, p. 28) a “[...] medida em que a fronteira se abre para o capital, ela se fecha para o posseiro, para o trabalhador, para o pequeno produtor.”. Posseiros e sitiantes ocupam áreas proporcionais à força de trabalho de sua família – propriedade familiar. Investidores, porém, tem interesse em espaços de reserva porque se preocupam com potencial produtivo e com a possibilidade de ganho através da especulação imobiliária – latifúndios. O aumento na procura por propriedades faz subir o preço da terra. Em efeito, cessam as ofertas de terras devolutas e as pequenas propriedades são engolidas pelas grandes fazendas. Assim, uma região começa a perder o *status* de fronteira quando a terra deixa de ser encarada como bem natural e passa a ser vista como mercadoria.

Por muito tempo a literatura foi considerada, devido a seus elementos fantasiosos e ficcionais, um objeto que não possuiria os requisitos necessários de verdade e legitimidade para servir como fonte de explicação da realidade histórica. Porém, com os avanços dos estudos no campo, historiadores começam a refletir acerca

das possibilidades do uso da narrativa, ficcional ou não, como fonte para a historiografia. Este novo paradigma historiográfico reconhece que a literatura possui elos com contexto histórico de sua produção e com o de seus leitores. O historiador que faz destes elos objeto de seu estudo se recusa a olhar para os escritos, ficcionais ou não, como o oposto da realidade e sim

[...] como uma outra forma de captá-la, onde os limites da criação e fantasia são mais amplos do que do aqueles permitidos ao historiador. [...]. Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ter nela é a representação que ela comporta [...] o que nela se resgata é a reapresentação do mundo que comporta a forma narrativa. (PESAVENTO, 1995, p. 117).

Ou seja, mesmo o texto não ficcional é incapaz de reproduzir o vivido. O que ele traz é uma reapresentação do fato construída através das objetividades e das subjetividades do escritor. Partindo deste pré-suposto, *As Histórias que a História não Conta* apresenta apenas aquilo que o autor atribui a si e aos trabalhadores rurais itauçuenses no passado – e não, essencialmente, o que eles foram.

#### SOBRE O AUTOR E A OBRA

Oscavú José Coelho nasce em 10 de junho de 1933 em Santo Antônio do Capoeirão, atual município de Damolândia. Ele afirma que frequentou aulas por noventa dias – “[...] foi este o estudo que meu pai pôde me dar.” (COELHO, 2006, p.3). Oscavú vive em Santo Antônio do Capoeirão até os doze anos até sua família, posseira, ser desapropriada por meio do processo de grilagem. Mudam-se para o vale do São Patrício em busca do sonho de uma propriedade escriturada. As terras doadas pelo governo localizavam-se em região praticamente inexplorada e, por isto, de difícil acesso. Apesar de todas as dificuldades a família Coelho não se deixa abater e, na porção de terra que lhes coube, com muito trabalho e sem o auxílio prometido pelo Estado, tornam aquele solo agricultável. (COELHO, 2006, p. 66).

Porém, antes da segunda colheita o patriarca acaba falecendo. A despeito dos problemas financeiros, a família permanece por mais um bom tempo no lote recebido do Estado. Mas devido a inacessibilidade decidem abdicar de seu terreno na Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Em busca de uma região com melhor infraestrutura se fixam em Itauçu, na condição de arrendatários. Nesta cidade Oscavú José Coelho se torna monitor do MEB-Goiás e da AP – e, conseqüentemente, durante a ditadura civil

militar, é considerado ameaça a segurança nacional. Preso e condenado, sua família é novamente expulsa – contrariando a lei de usucapião rural<sup>3</sup>. No período de abertura, influenciado pelas ideologias das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coelho (2006, p. 59-65) ajuda a estabelecer o Sindicato Municipal de Itauçu e a primeira sede do Partido dos Trabalhadores (PT) desta região. Concorre a prefeitura de Itauçu. Integra a direção do Sindicato em Goiás e, quando aposentado, torna-se representante do Sindicato junto à Associação dos Aposentados. “Oscavú José Moreira falece em 04 de abril de 2005.” (ADRIANO, 2012, p.184).

Publicado em 2006, a obra é formada por um compilado de textos contendo narrativas em verso e em prosa, escritos entre 1996 e de 2003 – porém, por uma questão de recorte, o nosso objeto de estudo se limita apenas a pensar os textos em prosa. Também existem textos de outros autores, cinco prólogos e um trecho da reportagem publicada no jornal *O Popular* em 30 de maio de 2003. A notícia traz informações sobre os resultados da comissão formada para julgar os pedidos de indenização das vítimas da ditadura militar em Goiás. Aparentemente os escritos estão dispostos de forma aleatória – não seguem ordem cronológica, alfabética ou qualquer outro tipo de organização.

## O NASCIMENTO DE CATINGUEIRO GRANDE COMO CONSEQUENCIA DA ABERTURA DE FRONTEIRAS

Coelho (2006) remonta o processo de formação de Itauçu através de homenagens aos tropeiros e migrantes que, encantados com a fertilidade do local, trouxeram suas famílias para o entorno da Fazenda Catingueiro Grande em busca do sonho de se tornarem também grandes produtores – ou seja, aos primeiros moradores do arraial.

Em 1912 Ernesto Batista de Magalhães, “[...] um tropeiro mineiro [...]” funda a Fazenda Catingueiro Grande – nome dado “Em virtude de um amplo descampado em capim catingueiro existente no local.” (BORGES, 2005, p. 22). A alta produtividade das

---

<sup>3</sup> “[...] direito a alguém tornar-se proprietário de um bem imóvel rural por usufruir dele por um determinado tempo como se dono fosse. [...] pré-requisitos [...]; a área da terra não passar de 50 hectares, torná-la produtiva através do seu trabalho ou família e residir no local [...] por pelo menos cinco anos.”. Disponível em: <http://jonatasv.jusbrasil.com.br/artigos/112146617/usucapiao-especial-rural-divergencias-quanto-aos-requisitos>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

terras de Ernesto atrai vários migrantes e proporciona o nascimento e se desenvolvimento do arraial. Coelho (2006) revela esta ligação ao associar a movimentação, na região, ao número de tropeiros que escolhem se fixar próximo a Fazenda.

[...] uma grande família vindo da Bahia e vários tropeiros. [...] outra família de tropeiro a família do Pio Correia. Bem pegado ao arraial Catingueiro Grande na beira do Ribeirão Meia Ponte, a fazenda de um grande produtor de café. O Sr. Ernesto de Magalhães, aonde tinha uma maquina de beneficiar o produto que também por um longo tempo produzia a energia do nosso arraial. Por isso era comum você ver sair ou chegar tropa de burros [...] aonde se edificou a nossa famosa cidade de Pedra Grande, hoje Itauçu. (COELHO, 2006, p. 85-86).

Com o governo Vargas e a marcha para o oeste, Itauçu recebe um número muito grandes de migrantes na década 1940. E, devido ao grande crescimento populacional, o distrito é emancipado em de 11 de outubro de 1948 – a população saltou para dez mil setecentos e sete pessoas em 1950 (IBGE, 1958, p. 244-245).

O aumento populacional faz subir o preço da terra e, conseqüentemente, gera especulação imobiliária e as pequenas propriedades são engolidas pelas grandes fazendas. Para permanecerem no campo assim posseiros, sitiantes e pequenos proprietários expropriados<sup>4</sup> se sujeitam ao regime de arrendamento e da parceria<sup>5</sup> – “[...] entre estes a família Custódio que apesar de já ter sido dono de grande parte daquelas terras ali ainda residia, e só lhes restava duas alternativas, ser pistoleiro ou prestar serviço como escravo na mesma terra que eram suas.” (COELHO, 2006, p. 46).

Portanto, o processo de fechamento da região de Itauçu como se inicia na década de 1940, com o aumento populacional, e se intensifica nos primeiros anos da década de 1950 com a alteração no modelo de cultura

[...] aos poucos, as lavouras de café foram sendo substituídas pelas pastagens de gado, pois, visando formar suas pastagens, os fazendeiros arrendavam suas terras a meeiros (arrendo de 50%) e, no prazo máximo de três anos, sem dispêndio de capital, recebiam a renda da terra em produtos e ficavam, ainda, com os pastos formados, expulsando, então, os arrendatários de suas fazendas. (BORGES, 2005, p. 112).

---

<sup>4</sup>“A instauração do divórcio entre o trabalhador rural e seus instrumentos de trabalho – a terra, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição para que se instaure o reino do capital no campo. Essa separação é tecnicamente denominada expropriação.” (BORGES, 2005, p.12).

<sup>5</sup>O proprietário “[...] se obriga a ceder à outra pessoa, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista [...]”. O arrendatário retribui com aluguel (em espécie, em trabalho ou com uma porcentagem dos lucros). No regime de parceria ocorre “[...] a partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos [...]”. Disponível: BRASIL. Decreto Nº 59.566, de 14 de novembro de 1966. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 de nov. 1966.

Esta nova conjuntura culmina no processo de expulsão dos arrendatários. Contudo, os lavradores não desejam abandonar a terra em que trabalham e residem, oferecem resistência.

Para remontar este processo o autor recorre à memória e experiências daqueles que vivem na região antes de sua chegada. Mesmo quando a informação alheia é a matéria prima do relato, há ainda um compromisso assumido com a verdade.

O que me faz confiar na sinceridade destes fatos, é que sou grande conhecedor dos fatos históricos passados desta região, pois nela eu nasci e nela me criei e por ela fui expulso [...] o popular Juca Lino, filho do Sr. Manoel Lino, está com 76 anos de idade, é um grande defensor de nossa cultura e tradições, e grande conhecedor dos fatos históricos da região. Ele passa um relato completo da região [...]. Ele conta que quando começou o desenvolvimento da cidade [...]. (COELHO, 2006, p. 45-46).

### MEB, AP E OS TRABALHADORES RURAIS DE ITAUCU

O MEB é um programa educacional que tem como foco a alfabetização de jovens e adultos, idealizado e desenvolvido pela igreja Católica com o apoio do governo Federal. Iniciou-se em março de 1961, mas sua atuação em Itauçu data de 1962. Sua metodologia caracteriza-se pela articulação entre rádio e a escola – as aulas são dadas no início da noite e chegam a milhares de alunos através das emissoras de rádio católicas. Em Itauçu, os alunos eram oriundos de famílias de arrendatários, meeiros, agregados, trabalhadores assalariados da zona rural e bóias-frias. (BORGES, 2005, p. 64). (BORGES, 2005, p. 63-64).

A Equipe Central do MEB-Goiás está instalada em “[...] um predinho com dois andares na Praça Central, [...]” de Goiânia. Neste local havia “[...] um aparelho transmissor retransmitido pela Rádio Difusora, captado nos locais das escolas [...]”. As escolas funcionavam em algum galpão ou na casa de algum monitor, “[...] através de um rádio próprio, com frequência única, lampião e querosene.” (COELHO, 2006, p. 28).

Em cada escola havia monitores voluntários, portanto os laboriosos “[...] deixavam suas tarefas para se dedicarem às atividades do Movimento (treinamentos, cursos, encontros etc.) [...]” sem receber nenhuma remuneração. (RODRIGUES, 2008, p. 304). Coelho (2006, p. 31) conta que ocupou o cargo de monitor ao menciona o nome a todos os monitores itauçuenses, dentre os quais está o seu – “Itauçu: 8 escolas Arnaldo Porto Grama, Aristeu Dama, Abóbora Lourival Gonçalves, Geraldo Brito Ilete, Carlos Antonio Dias Nascimento (vulgo) Calinhos, Oscavú José Coelho, Barreiro Francisco de Souza [...]”.

Cabe, ao monitor, orientar os alunos em relação ao conteúdo das aulas ministradas pelo rádio e, depois, expor este processo a Equipe Central através de relatórios enviados pelo correio. Encarregam-se também de angariar fundos para cobrir gastos diversos – como pilhas para o rádio, velas, querosene e etc. Os monitores enfrentam problemas na recepção das ondas da radio, contratempos financeiros, dificuldades em conciliar o trabalho no campo e as responsabilidades como voluntárias. A práxis pedagógica é outro obstáculo – pois, neste contexto, o material didático não dialoga com a realidade do trabalhador rural (RODRIGUES, 2008, p. 304).

Diante disto, em 1963, as fundamentações teórico-metodológicas do MEB são reformuladas. As diretrizes pedagógicas estabelecidas pela UNESCO são substituídas pela concepção do Método Paulo Freire – que entende que o ponto de partida da práxis pedagógica é as experiências cotidianas dos alunos. (RODRIGUES, 2008, p. 175-176). A partir daí, a Equipe Central elabora um novo material didático e realiza novos treinamentos. Desta vez, além preparar para alfabetização os monitores são iniciados em questões “[...] importantes para o conhecimento prático da vida do trabalhador rural e de sua comunidade [...]” – como cidadania, saúde, alimentação, higiene, habitação, família, associativismo e espiritualidade. (BORGES, 2005, p. 63-65).

Esta mudança de perspectiva permite que os lavradores se percebam enquanto sujeitos políticos e históricos de sua própria trajetória. Tanto que, segundo Coelho (2006), a importância do Movimento não está em ensinar o trabalhador rural a ler, a escrever e a fazer as quatro operações. Para ele a verdadeira função do MEB dentro das ações coletivas dos trabalhadores rurais itauçuenses, durante o processo de expansão da fronteira no estado de Goiás, foi a conscientização do trabalhador rural de quem ele realmente é e de seu papel social.

**Aprendi o que eu sou, quem sou eu, de verdade, com o MEB**, Movimento Educação de Base. Sou Oscavú José Coelho, 70 anos, aposentado, estudei 90 dias escrevi dois livros, o primeiro “Recordar é Bom, Mas Dói”; e o segundo escrito sem editar, “As Histórias que a História não Conta”. **Sou camponês de verdade** [...]. (COELHO, 2006, p. 65, grifo nosso).

Ao enfatizar o valor social do lavrador associado ao debate de direitos e deveres do cidadão, o MEB-Goiás desperta os trabalhadores rurais para a necessidade de se aparelharem enquanto grupo político e enquanto classe social. Paradoxalmente, o conflito de interesses entre da igreja Católica e do Partido Comunista torna inimaginável a filiação de integrantes do MEB em sindicatos e partidos fundamentados na ideologia marxista. Por isso, em Itauçu, a paróquia apóia proprietários das fazendas quanto à proibição dos trabalhadores rurais de se sindicalizarem e tampouco os

incentiva a fundarem seu próprio sindicato ou partido. Diante disto alguns membros do MEB-Goiás acabam se aproximando de uma organização política pioneira entre os grupos da chamada nova esquerda<sup>6</sup>, a AP (RODRIGUES, 2008, p. 92-94).

Criada por cristãos progressistas ligados à Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), a AP nasce com caráter especificamente político. Ela vem, exatamente, com o objetivo de sanar o desejo que alguns membros das organizações ligadas à igreja Católica têm de atuar “[...] de forma política na busca de uma ação revolucionária, frente à realidade brasileira [...]”. (RODRIGUES, 2008, 105). Fundamentada nos princípios do socialismo humanista<sup>7</sup> e do cristianismo da libertação<sup>8</sup> sua ideologia está em harmonia com o que é pregado dentro do MEB – pois, embora, censurem a estrutura socioeconômica capitalista não enxergam no socialismo soviético um exemplo a ser seguido. A ação da AP se dá, neste contexto, principalmente junto a União Nacional dos Estudantes (UNE), associações de profissionais liberais e sindicatos urbanos, mas, graças ao envolvimento de participantes do MEB, o partido também volta seu olhar para a zona rural. (BORGES, 2005, p. 80-82). É importante destacar que a direção do Movimento não incentiva seus membros a participarem das atividades da AP, mas também não os coíbe.

Com o Golpe Civil-Militar as licenças de funcionamento das organizações de trabalhadores, associações, sindicatos e partidos de esquerda, marxistas ou não, são canceladas. Mas muitas destas coletividades continuam suas atividades clandestinamente, inclusive a AP. Segundo Camila de Jesus Silva (2016, p. 105), neste contexto, o MEB-Goiás se torna um dos principais focos de atuação da equipe goiana da AP – devido à solidez estrutural e a licitude do Movimento. Borges (2005, p. 57-74) destaca que, apesar do amparo legal e religioso, o financiamento federal ao MEB é reduzido porque as atividades já não correspondem aos interesses do Estado. Com a

---

<sup>6</sup> “[...] terminologia refere-se às organizações e partidos clandestinos de esquerda que fizeram oposição ao Partido Comunista Brasileiro [...]”. (SILVA, 2016, p. 12).

<sup>7</sup> Neste contexto a AP buscava uma síntese política que fugisse das estruturas reproduzidas no mundo capitalista, mas sem se deixar seduzir pelos intelectuais que instrumentalizavam as ditaduras de esquerda e este conceito surgiu para cumprir com esta tarefa. A AP reconheceu-se como organização marxista-leninista só em 1969. Disponível em: DIAS, R. B. A Ação Popular na história do catolicismo. In: ANAIS DO I ENCONTRO DO GT NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES: ANPUH. Maringá: Departamento de História da UEM, 2007.

<sup>8</sup> “[...] amplo movimento social/religioso com uma nova cultura religiosa que expressa as condições sócio-históricas marcadas pela subordinação ao sistema capitalista internacional – hoje global –, pobreza em massa, violência institucionalizada e religiosidade popular. Muitos se referem a ele como Teologia da Libertação, porém, como o movimento surgiu antes dessa teologia e a maioria dos seus ativistas não são teólogos, esse termo não é o mais apropriado.”. Disponível em: SUNG, Jung Mo. Cristianismo de libertação: fracasso de uma utopia? Estudos Teológicos, v. 48, p. 40. 2008.



falta de recursos as equipes centrais diminuem e a aproximação com a AP ameniza à falta de pessoal e a carência de equipamentos. É exatamente neste contexto que a equipe goiana da AP penetra na Comunidade Serrinha.

Tivemos também uma valiosa colaboração do movimento Ação Popular(AP) através de sua equipe estadual [...]. Através deles conseguimos uma integração com o movimento estudantil da Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Católica de Goiás (UCG) na área da medicina e direito. Foi o caminho que encontramos para dar um pouco de assistência ao camponês, e assim, incentivá-los a participar também da luta de organização. (COELHO, 2006, p. 29-30).

A partir destas palavras podemos afirmar que, para Coelho (2006, p. 30) a AP contribui com a instrumentalização do processo de estruturação político-social dos trabalhadores rurais itauçuenses. Assim, a conscientização originada pelo MEB e a ação de organização promovida pela AP, se complementam – “[...] aí só restava pra nós pegar o material da AP e jogar no barco do MEB, pois o material era o mesmo e ia para o mesmo lugar [...]”. (COELHO, 2006, p. 30).

Os itauçuenses sabem que o auxílio dos estudantes da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Católica de Goiás (atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás) chega até o município através do MEB, mas a comunidade acredita que eles estão ali apenas apoiar a campanha de combate à verminose. Inicialmente as reuniões são realizadas, após as aulas, nas sedes das escolas radiofônicas ou nas casas dos poucos monitores que tem conhecimento do envolvimento com a AP. Para despistar possíveis curiosos, são preparados dois locais de encontro e sempre há pessoas os guardando – geralmente jovens casais que fingem namorar. A escolha é feita segundo as informações trazidas pelos responsáveis por monitorar a movimentação no entorno de ambos os pontos. (BORGES, 2005, 79-84). A prudência é justa, afinal os monitores têm conhecimento da perseguição que os ex-integrantes da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu estavam sofrendo e temiam viver algo parecido.

Como já foi dito, nesta conjuntura as ações do MEB já não corroboravam com os interesses do Estado e, então, o governo decide deixar de patrociná-lo. O 1º Vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) envia uma carta ao ministro da educação com uma proposta de reestruturação do projeto. A proposta convence o Presidente Castelo Branco a manter o apoio, mas desagradou os integrantes do MEB. Clérigos, professores, técnicos, monitores e líderes comunitários “[...] que respondiam pelo Movimento não aceitavam [...]” desistir do “[...] compromisso feito com as classes subalternas [...]”. Assim, por uma questão de coerência, várias equipes

centrais optam por fechar as portas – inclusive à do MEB-Goiás. (ADRIANO, 2012, p. 91-92).

O clima de tensão, característico da situação de clandestinidade, leva a AP a concluir que há a “[...] necessidade de preparação revolucionária para a revolução armada (mesmo mantendo ainda um distanciamento crítico quanto ao marxismo) [...]” (SILVA, 2016, p. 103). Oscavú José Coelho participa de um treinamento de guerrilha na cidade de São Paulo, também em maio de 1966 – os itauçuenses acreditam que ele estava viajando para fazer um curso do MEB.

Nesses treinamento se organizava cumé que dominava puliça, cumé que fabricava alguma coisinha (bombas). [...] era bem vigiado e também a gente tinha uma precaução muito grande. [...] esses treinamento ficava somente na mente da gente, o que era documento, nome, essas coisa, no final do treinamento queimava [...].houve também um treinamento, foi também um treinamento que tinha participação a nível nacional, mais como eu não participei [...] (BORGES, 2005, p. 83).

Ainda sim Coelho (2006, p. 37) omite, em *As Histórias que a História não Conta*, o caráter bélico da AP. No livro ele diz que o mais importante instrumento de luta dos movimentos sociais protagonizados pelos trabalhadores rurais de Itauçu é o evangelho – “Sendo que nesta organização a arma mais perigosa que tínhamos em mãos era a escritura sagrada”. Todo autor que escreve em primeira pessoa fala de si apenas aquilo que e lhe é permitido, por suas subjetividades. Portanto, este silenciamento pode sinalizar parte de um processo de negação de Oscavú José Coelho a qualquer elemento que o ligue aos adjetivos que o Estado lhe atribui na ocasião de sua prisão – agitador, baderneiro e antipatriota.

Após o fim escolas radiofônicas fica difícil ocultar a penetração da AP na Comunidade Serrinha. Policiais Federais se disfarçam de mecânicos de tratores e após investigações encarceram, em 27 de agosto de 1967, dezessete lavradores da Comunidade Serrinha e cinco de outras comunidades. Destes, apenas Oscavú José Coelho, permanece detido por três meses os outros são libertos após onze dias de apreensão (BORGES, 2005, p. 86).

[...] era só mesmo tortura psicológica. [...] me colocava no avião e falava pro piloto: ‘Leva esse camponês e joga ai em qualquer lugar, joga dentro d’agua, [...]. Ele vai preferir morrer dentro da mata porque ele gosta muito de mato’. [...]. Eu fiquei mais tempo porque [...] os cumpanheiro cumeçava a sortá muita coisa; ai eu chamei o comando [...] e pedi práque mandasse aquele povo imhora, que eles num sabia nada, que essas coisa era muito sigilosa, que quem cunhecia alguma coisa do comando do Movimento de Ação Popular era eu; e assim [...] fiquei sozinho. (ADRIANO, 2012, p. 129-130).

Não podemos esquecer que esta declaração resulta de uma entrevista na qual ele se vê diante uma pergunta que lhe conduz a falar sobre o assunto. Em *As Histórias*

*que a História não Conta*, onde seu exercício de recordação acontece guiado apenas por suas próprias subjetividades, sem a interferência do entrevistador, ele diz: “Não vou citar aqui as irregularidades das prisões, porque isto estou fazendo em outra matéria deste livro [...]” Mas, este outro texto não aparece dentro da obra. É difícil acreditar que o autor não o tenha concluído por falta de tempo – já que este escrito data de outubro de 2003 e o autor falece em 2005.

O líder da AP em Itauçu atribui estas prisões ao autoritarismo da direção da AP. Ele conta que foi enviado, a contragosto, para Dianópolis e que seu substituto enfraquece as medidas de proteção que haviam sido estabelecidas naquela comunidade:

Tinha uns elementos dentro da direção da AP que eram terrivelmente dogmáticos, [...] a gente era forçado a fazer coisas incompatíveis com nossa cultura, com o momento [...]. O engenheiro que me substituiu, [...] na ganância de criar expressão camponesa [...], levou mais 16 trabalhadores rurais da Serrinha para a AP e [...] começaram a ventilar coisas por aí e [...] quando chegou o exército, eles contaram tudo. (BORGES, 2005, p. 88-89).

Esta situação leva a desarticulação do movimento em várias cidades – a partir da conclusão do Inquérito Policial Militar da Operação Itauçu, são “[...] indicados os principais dirigentes da AP em Goiás [...] dos municípios de Itauçu, Nova Veneza, Hidrolândia, Inhumas, Anápolis, Petrolina, Itumbiara, Jataí, Goiânia e Unaí em Minas Gerais.” (SILVA, 2016, p. 108).

Neste contexto, várias das famílias têm em seu favor a lei de usucapião rural – algumas destas moravam a mais de quarenta anos nas fazendas. Desarticulados os lavradores são impedidos de oferecer resistência ao processo de expulsão dos arrendatários – dentro da legalidade ou não. Assim que ocorrem as prisões, os fazendeiros exigem que as esposas e filhos dos trabalhadores rurais abandonem as fazendas. (BORGES, 2005, p. 88).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coelho (2006) remonta o processo de formação de Itauçu, dentro do processo de abertura das fronteiras do Mato Grosso Goiano, através de homenagens aos tropeiros e migrantes. Para falar do processo de expulsão dos arrendatários o autor faz uso do diálogo entre a memória individual e memória coletiva como recurso de linguagem para atribuir autenticidade aos seus escritos. Afinal, se “Nossas lembranças permanecem coletivas [...], ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos [...]”. (HALBWACHS, 2004, p. 30). Ao salientar a simplicidade, o acesso à cultura e a tradição popular como forma de conhecimento,

Coelho (2006) faz dos pontos em comum entre sua memória e a de suas fontes elementos de coesão do grupo social ao qual ele julga que ambos pertencem – trabalhadores rurais.

Em *As Histórias que a História não Conta* a bandeira de luta dos trabalhadores rurais de Itauçu é apresentada quando o autor traça reflexões acerca das consequências da conclusão do processo de banimento dos meeiros dos campos. Ele define o movimento como sendo a busca do camponês expropriado pelo direito de viver, dignamente, através da democratização da terra – “Se ainda estivesse morando ali em meu canto, exercendo minha verdadeira profissão, poderia pagar esta despesa com uma pequena parte daquilo que eu vendia todo ano [...]”. (COELHO, 2006, p. 63).

Para Coelho (2006, p. 63) os mecanismos de organização das ações coletivas são à pedagogia e a religiosidade, instrumentalizados pela teórica da AP e a pela estrutura do MEB. Por isso o autor afirma que as estratégias de ação elaboradas pelos líderes da Comunidade Serrinha se fundamentam, principalmente, na promoção da conscientização dos lavradores acerca dos seus direitos e deveres como cidadãos por meio da leitura e do debate dos textos bíblicos.

Sendo que nesta organização a arma mais perigosa que tínhamos em mãos era a escritura sagrada, que pelo conteúdo contido nos livros escritos pelo nosso profeta, descobrimos que nossas leis mais sagradas estavam sendo violadas pelos nossos patrões, apoiados pelos homens do poder, que juntos somam forças para dominar o progresso da humanidade e colocar todos a seu serviço, por esta descoberta digo mil vezes obrigado senhor (COELHO, 2006, p. 37).

Mas ao tratar estas instituições como se fossem uma só Coelho (2006) omite o caráter de bélico da AP. Assim o autor constrói, em torno de si e do movimento, uma memória ligada aos conceitos de fé, protagonismo, justiça e de luta pela democratização no uso da terra e, concomitantemente, desassociada a imagem de risco a nação.

Ao realizarmos uma análise mais minuciosa dos textos de Coelho (2006) percebemos que ele constrói uma breve autobiografia em julho de 2002 – um mês após a Comissão especial começar a analisar os pedidos de indenização dos anistiados goianos. Não é coincidência que justamente neste texto ele elabore, em torno de si, uma memória amarrada ao processo de expropriação ocorrido em decorrência da modernização do campo. O trecho da reportagem de Renata Tranches (TRANCHES, 2003, s/p) traz, em 30 de maio de 2003, o resultado positivo para Oscavú em relação a esta análise. Mas até o final de outubro de 2003, momento em que ele escreve o texto *Ditadura Militar em Itauçu*, o dinheiro não havia sido liberado.

Diante disto, podemos concluir que o livro foi produzido em um tom de dupla denúncia – mostra as injustiças sofridas pelos arrendatários no passado, expulsos sem receber o que lhes era de direito, e a inabilidade das autoridades contemporâneas diante da necessidade de amenizar as consequências desta injustiça.

[...] com estes relatos, o necessário provar a nossa sociedade e ao nosso digníssimo senhor governador do Estado de Goiás, senhor Marconi Perillo, o direito que tenho de receber aquela indenização pelos danos financeiros físicos e morais que sofremos pela ditadura militar, e eu particularmente estou com a necessidade de receber [...]. (COELHO, 2006, p. 64).

Portanto, concluímos que o título *As Histórias que a História não Conta* pode ser entendido como uma crítica direcionada ao governador do Estado de Goiás como forma de salientar as incompetências das políticas públicas de reparação aos anistiados políticos da Ditadura Civil-Militar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANO, Ione Gomes. O Movimento de Educação de Base em Goiás e o Papel dos Intelectuais-Monitores (1961-1966). Dissertação (mestrado), Departamento de Educação – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), 2012.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. Itaçu: sonhos, utopias e frustrações no movimento camponês. 2005. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História (FH) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2005.

COELHO, Oscavú José. As Histórias que a História não Conta. Goiânia, GO: Editora Vieira, 2006.

GOHN, Maria da Glória. O que é movimento Social e por que seu estudo é importante. In: GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 335-337, maio-ago. 2011.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. A fronteira agrícola e as migrações. In: Centro de Estudos Migratórios de SP. (Org.). O vaivém da sobrevivência. São Paulo/SP: Edições Paulinas, 1983, p. 20-44.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1958). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros- Volume XXI, Goiás. Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_36.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_36.pdf)>. Acesso em 25 de Julho de 2015.

MARTINS, José de Souza. Introdução. In:\_\_\_\_. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 9-22.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre História e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (século XIX e XX). Revista anos 90. Porto Alegre, n° 4, dez. de 1995. p.115-127.

PRADO JUNIOR, Caio. Nova Constituição para a Análise da Questão Agrária No Brasil. In: PRADO JUNIOR, Caio. A Questão Agrária no Brasil. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Camila de Jesus. A Nova Esquerda e sua atuação regional: a Ação Popular em Goiás. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2016.

RODRIGUES, Maria Emilia de Castro. Enraizamento de esperança: as bases teórica do Movimento de Educação de Base em Goiás. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2008.